



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Agravo de Petição

0010073-30.2015.5.01.0203

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 30/09/2020

Valor da causa: R\$ 32.000,00

Partes:

AGRAVANTE: _____

ADVOGADO: RENATO DE ANDRADE MACEDO

AGRAVADO: _____DECORACOES E MOVEIS LTDA. - ME

ADVOGADO: MARIA DA PENHA NEVES RAMOS DE OLIVEIRA

AGRAVADO: _____

AGRAVADO: _____

TESTEMUNHA: MAIKON PAVAO DA COSTA

PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJETESTEMUNHA: SILVIO GOMES DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 1ª REGIÃO

PROCESSO nº 0010073-30.2015.5.01.0203 (AP)

AGRAVANTE: _____

AGRAVADO: _____ DECORAÇÕES E MOVEIS

LTDA. - ME, _____, _____

RELATOR: LEONARDO DIAS BORGES

EMENTA

AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPENHORABILIDADE. SALÁRIOS, SOLDOS, PENSÕES E APOSENTADORIAS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA HIPÓTESE DE CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS. I- Diante da manifesta natureza alimentar das verbas trabalhistas e tendo de outro lado o cunho também alimentar dos salários, dos soldos, das aposentadorias e das pensões alimentícias, impõe-se um exercício de interpretação do art. 833, § 2º, do CPC/15, de modo a conciliar ambos os direitos fundamentais em confronto; II - Não se afigura razoável, por incidência da interpretação literal do aludido dispositivo legal, simplesmente obstar a satisfação do crédito trabalhista, especialmente depois do longo caminho já percorrido pela parte exequente, porque o contrário implicaria reconhecer que apenas o executado tem direito; III - Assim, em juízo de ponderação, imprescindível considerar a verba a ser objeto da constrição e, com base nesse parâmetro, estabelecer uma proporção passível de constrição visando minimizar os sacrifícios do exequente e do executado na execução de dívida trabalhista, quando a cobrança atinge responsável pessoa física assalariada ou titular de benefício previdenciário; IV - Sendo assim, aplicado o princípio da proporcionalidade, não viola a legislação vigente penhora que incida sobre parte razoável de proventos, salários ou soldos, por mês, até atingir a obrigação inadimplida. V - No presente caso, considerando que, segundo as informações do INSS, os sócios executados já recebem benefícios previdenciários com determinação judicial de bloqueio do percentual de 30%, até, aproximadamente, março de 2025, impõe-se o provimento parcial do Agravo de Petição do exequente para deferir o bloqueio de valor equivalente ao percentual de 30% dos benefícios dos executados após a finalização dos bloqueios já registrados no Histórico de Consignações.

RELATÓRIO

Vistos estes autos de Agravo de Petição em que figuram, como Agravante, _____, e, como Agravados, _____ DECORAÇÕES E MÓVEIS LTDA., _____ e _____.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO DIAS BORGES - 25/06/2021 10:17:08 - 9d3f82c

<https://pje.trt1.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21042009443263200000055174952>

Número do processo: 0010073-30.2015.5.01.0203

Número do documento: 21042009443263200000055174952



Agravo de Petição interposto pelo exequente, inconformado com o despacho de ID e0273eb, proferido pela Exmª Juíza **Adriana Maia de Lima**, do juízo da 3ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias, indeferiu o pleito do exequente de penhora sobre 20% dos proventos de aposentadoria dos executados.

O exequente, pelas razões de ID e018a45, postula a reforma da decisão hostilizada com a determinação de penhora sobre os proventos de aposentadoria dos executados, no percentual de 20%.

Contraminuta da empresa executada, no ID e783644, sem preliminares.

O feito não foi submetido à apreciação do Ministério Público do Trabalho, por ausentes as hipóteses específicas de intervenção elencadas no Ofício PRT / 1ª Região nº 214/13.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

DO AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE

Da penhora sobre os proventos de aposentadoria dos sócios executados - _____ e _____

O autor ajuizou a presente reclamatória em 21/01/2015, relatando na inicial que foi admitido pela empresa _____ Decorações e Móveis Ltda., em 01/06/2009, para exercer a função de Artesão A, com último salário de R\$ 1.480,00, com contrato em vigor.

Alegou que a ré estava em atraso com o pagamento de salários e que não pagava corretamente as horas extras prestadas, motivo pelo qual postulou a declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenação da demandada ao pagamento de verbas rescisórias e horas extras, entre outros títulos.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, conforme sentença de ID 28d7935.

Com o trânsito em julgado, o reclamante apresentou cálculos de liquidação de sentença, os quais foram homologados, nos termos da decisão de ID f23b52a, fixando-se o



total da condenação em R\$ 97.252,59, atualizados até 30/11/16.

Houve tentativa de execução através do BACENJUD, do RENAJUD e do INFOJUD, sem sucesso.

Diante disso, o juízo instaurou Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e determinou a inclusão dos sócios _____ e _____ no polo passivo, de acordo com a decisão de ID 0d75599, datada de 03/05/2017.

Foi tentado o bloqueio de ativos financeiros dos sócios acima, conforme IDs ba91990 e bb1f2f2, obtendo-se a penhora do valor de R\$ 706,92 na conta do sócio _____ (valor liberado ao autor através do alvará de ID b2791be).

A execução prosseguiu com a expedição de mandado de penhora e avaliação e com utilização do RENAJUD e do INFOJUD, sem avanço. O autor foi intimado para indicar meios para o prosseguimento da execução, na forma do artigo 878 da CLT, e requereu que fossem expedidos ofícios à PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e à SUSEP Superintendência de Seguros Privados para se obterem informações sobre planos de previdência privada, títulos de capitalização e consórcios, etc., o que foi deferido. Todavia, nenhuma das diligências teve resultado positivo.

Houve novo bloqueio parcial, através do BACENJUD, no valor de R\$ 762,65 na conta do executado _____, conforme ID 5b8746b.

O exequente peticionou, no ID f70043e, informando que os executados _____ e _____, recebiam benefícios previdenciários, aposentadoria por idade e amparo social, respectivamente, e requereu a penhora do valor equivalente a 30% dos vencimentos de ambos. O juízo determinou a expedição de ofício ao INSS pelos seguintes fundamentos (ID be890b5):

"Oficie-se ao INSS (Avenida Perimetral Marechal Deodoro, nº 1.119, Jardim 25 de Agosto, Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.071-190) para informar ao Juízo, no prazo de 10 dias, se os sócios executados mantêm contrato de trabalho ativo, indicando o respectivo empregador, e se recebem benefício de aposentadoria, hipótese na qual deverá proceder ao bloqueio no percentual de 20%, até o limite da execução, desde que não recaia penhora anterior determinada em outro processo, colocando-o à disposição deste Juízo junto à Caixa Econômica Federal (agência nº. 4118).

(...)"



Em resposta, o INSS aduziu que ambos os executados possuíam consignação de bloqueio de seus vencimentos no percentual de 30%, em razão de determinação judicial. Ciente desta informação, o exequente requereu o bloqueio de 20% dos benefícios dos executados em prol de seu crédito, o que foi indeferido pelo juízo, conforme trecho da decisão de ID e0273eb, transcrito abaixo:

"Vistos etc.

Este Juízo, com base nos princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana do devedor, entende que a penhora deve observar o percentual máximo de 20% dos proventos de aposentadoria e pensão, sendo admitida a majoração para 30% a depender do valor do benefício previdenciário.

Sendo assim, indefiro o requerimento retro.

Notifique-se o exequente para que, no prazo de 5 dias, indique meios efetivos de prosseguimento da execução, ficando ciente que, caso permaneça inerte, os presentes autos serão remetidos ao arquivo provisório, nos termos do art. 11-A da CLT, aguardando o termo final para fins de pronúncia da prescrição intercorrente".

O exequente interpõe Agravo de Petição, nos termos do ID e018a45, pontuando que a constrição dos proventos de salário é admitida para pagamento de créditos trabalhistas e sua impenhorabilidade deve ser excepcionada quando se tratar da execução de prestações alimentícias, gênero do qual o crédito trabalhista é espécie, conforme artigo 833, §2º, do NCPC).

Alega que o entendimento majoritário no C.TST é no sentido de que nas situações em que o executado já sofre constrição em seus benefícios previdenciários à ordem de 30% emanada de outro juízo, deve ser admitida a penhora de até 50% da renda do executado, de forma que caberia, no presente caso, a penhora equivalente a 20% dos benefícios dos executados.

Assevera o exequente que é pessoa hipossuficiente e que desde 2015 vem buscando satisfazer seu crédito trabalhista.

Requer a reforma da decisão agravada com a penhora de 20% dos benefícios previdenciários dos executados.

Passo a analisar.

Sabe-se que há correntes, jurisprudencial e doutrinária, no sentido de que



seria absoluta a impenhorabilidade sobre proventos de salário, comportando exceção apenas em relação a débitos alimentares advindos de pensão alimentícia propriamente dita.

Acontece que há outra corrente, mais recente e em crescimento, à qual me filio, que entende que, dada a natureza alimentar do crédito trabalhista, já se impunha uma interpretação extensiva da exceção originariamente imposta no § 2º do art. 649 do CPC/1973.

Não por outro motivo, penso que não se pode esquecer que o novo CPC, em seu art. 833, § 2º, quebrou o dogma da impenhorabilidade absoluta que nutre o pensamento de parte dos operadores do direito no ponto, prevendo a possibilidade de penhora sobre salários e proventos de aposentadoria em determinadas hipóteses, até determinado limite.

Eis o que dispõe a referida norma:

"Art. 833 (CPC/2015): São impenhoráveis:

I (omissis);

II (omissis);

III (omissis);

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º ;

V (omissis);

VI (omissis);

VII (omissis);

VIII (omissis);

IX (omissis);

X (omissis);



XI (omissis);

XII (omissis);

§ 1º. (omissis);

§ 2º. O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no

art. 529, § 3º.

§ 3ª. (omissis)".

Assim, penso que é plenamente possível a penhora sobre parte de proventos de aposentadoria, de soldos, de salários ou vencimentos.

Nesse cenário, diante da manifesta natureza alimentar das verbas trabalhistas e, tendo de outro lado, o cunho também alimentar dos salários e vencimentos, dos soldos, das aposentadorias e das pensões alimentícias, tenho que deve ser feito um exercício de interpretação, de modo a conciliar ambos os direitos fundamentais em confronto.

Assim, em juízo de ponderação, imprescindível considerar a verba a ser objeto da constrição, e, com base nesse parâmetro, estabelecer uma proporção passível de constrição visando minimizar os sacrifícios de exequente e executado, na execução de dívida trabalhista, quando a cobrança atinge responsável pessoa física que também é assalariado ou titular de proventos de aposentadoria. Isso porque tanto a dívida como os valores que podem adimpli-la ostentam natureza alimentar.

Por conseguinte, não se afigura razoável, por incidência da interpretação literal (aliás, segundo considerável parte da doutrina, a mais pobre) do preceito citado (é dizer, CPC, art. 833), simplesmente obstar a satisfação do crédito trabalhista, especialmente depois do longo caminho já percorrido pelo trabalhador na espécie (não é demais relembrar, o feito foi ajuizado em 21/01/2015; portanto, há seis anos).

Tal metodologia - interpretação literal - implicaria, em última análise, conceber que apenas o responsável pelo inadimplemento tem direitos, não obstante a parte exequente seja portadora de título condenatório e tenha esgotado as tentativas de realização do crédito junto à executada



primária.

Sendo assim, aplicado o princípio da proporcionalidade, penso que não viola a legislação vigente penhora que incida sobre parte dos proventos de aposentadoria, de salários ou soldos.

São neste sentido as decisões de minha lavra, proferidas nos autos dos processos ns. 00013262320115010077 e 0073100- 79.2007.5.01.0263.

Ainda, há neste Regional inúmeros precedentes, como os indicados a seguir a título exemplificativo:

"PENHORA PROPORCIONAL DE 30% DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, ASSEGURADO O MÍNIMO EXISTENCIAL. RELATIVIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE. A impenhorabilidade dos salários, proventos e soldos, descrita no inciso IV do art. 833, do CPC/2015, possui exceções, previstas no § 2º do mesmo dispositivo, para os casos de pagamento de prestações alimentícias, independentemente de sua origem, e valores excedentes a 50 (cinquenta) salários mínimos mensais, sendo, portanto, relativa e não absoluta. Deve ser observado, ainda, que o crédito trabalhista, conforme inteligência do § 1º do art. 100 da Constituição Federal, possui natureza estritamente alimentar. Desta feita, o direito do devedor deve ser ponderado com o fundamento republicano do valor social do trabalho e, ainda, com a satisfação da execução (artigo 797 do CPC/2015), devendo prevalecer a dignidade do trabalhador. Salienta-se, por oportuno, que a penhora de parte da renda não compromete a manutenção do cotidiano do executado, mas, por outro lado, a liberação do importe penhorado fere o direito do trabalhador à entrega da ordem jurídica justa, à efetividade da execução, além de comprometer o princípio constitucional da duração razoável do processo. Raciocínio diverso implicaria no fato de os sócios da empresa inadimplente, valendo-se da força produtiva dos seus empregados, poupassem os ganhos decorrentes do não pagamento das obrigações trabalhistas e, usufruísem da impenhorabilidade legal". (TRT-1 - AP: 01000537420185010011 RJ, Relator: SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, Data de Julgamento: 18/09/2019, Sétima Turma, Data de Publicação: 28/09/2019)

"AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA DE 30% SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E SALÁRIOS. POSSIBILIDADE. IMPENHORABILIDADE RELATIVA. PAGAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA SALARIAL. OFENSA AO ART. 833 DO NCPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. Nos termos do art. 833 do Novo Código de Processo Civil, a impenhorabilidade de salários e congêneres passou de impenhorabilidade absoluta para impenhorabilidade relativa, mantida a mesma ressalva anterior para prestação alimentícia, com o acréscimo "independente de sua origem", pois a nova dicção afasta a ressalva de uma única espécie, aproximando-a do gênero natureza alimentar. Assim, a penhora de salário para a garantia do pagamento de crédito de natureza salarial, longe de implicar ofensa à regra do art. 833 do NCPC, deve considerar a existência de direitos e garantias fundamentais



do trabalhador e do devedor executado. Como se sabe, direitos e garantias fundamentais consagram normas que consubstanciam princípios, razão pela qual, na questão em análise, rompido o paradigma da impenhorabilidade absoluta, pela significativa exclusão do texto legal do advérbio "absolutamente", assim como pelo estabelecimento de um patamar acima do qual a penhora é legalmente admitida, deve o conflito ser resolvido pela composição judicial entre ambos, ponderando-se os interesses em choque, atentando-se para a razoabilidade e a proporcionalidade. Desse modo, a fim de se buscar no caso concreto a composição entre os interesses e direitos fundamentais do trabalhador credor e do devedor executado, não se mostra inviável a determinação de penhora de 30% (trinta por cento), dos salários ou proventos de aposentadoria dos executados, eis que ponderados os interesses em conflito, não ignora a dignidade do devedor e ao mesmo tempo busca a satisfação do pagamento de verbas de natureza trabalhista, consoante o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e a garantia a efetividade da prestação jurisdicional, o que impõe o não provimento do recurso do agravante". (TRT-1 - AP: 00001229320135010037 RJ, Relator: Paulo Marcelo de Miranda Serrano, Sexta Turma, Data de Publicação: 30/01/2018)

"MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA DE PERCENTUAL SOBRE SALÁRIO E PROVENTOS DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. RELATIVIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 833, IV, DO CPC/2015. Admite-se a relativização da impenhorabilidade de que trata o artigo 833, IV, do CPC/2015, quando a determinação de penhora, mesmo que recaia sobre proventos de aposentadoria e salário, corresponder a valor que, frente à remuneração percebida, é incapaz de comprometer a subsistência digna do impetrante. Colisão entre dois direitos fundamentais, que exige a aplicação dos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, que no caso concreto, aponta para a limitação da penhora ao percentual de 30%". (TRT-1 -MS: 00113986720155010000, Data de Julgamento: 09/02/2017, SEDI-2, Data de Publicação: 23/02/2017)

No caso em tela, convém registrar que não há notícias de que os executados tenham renda mensal além dos benefícios previdenciários.

Analisando-se os documentos apresentados pelo INSS, em maio de 2020, a partir do ID c91524d, verifica-se que o executado _____ recebe benefício relativo à aposentadoria por idade, desde 2010, e que o valor percebido em abril de 2020 foi R\$ 1.045,00. Consta anotado no Histórico de Consignações que o executado em foco possui determinação judicial, desde novembro de 2019, para bloqueio de 30% de seu benefício por 64 meses (por mais de cinco anos).

Já a executada _____ recebe benefício de amparo social à pessoa portadora de deficiência, desde 2009, e o valor recebido em abril de 2020 foi de R\$ 1.045,00. Igualmente, a sócia executada possui consignação de determinação judicial para bloqueio de 30% de seu benefício por 64 meses.



Neste cenário, considerando que, segundo as informações do INSS, as determinações judiciais foram feitas em novembro de 2019, ambos os sócios têm comprometimento de 30% de seu benefício previdenciário até, aproximadamente, março de 2025, razão pela qual não é possível o deferimento do bloqueio de valor equivalente ao percentual de 20%, como pleiteia o exequente, haja vista que a dedução de 30% por determinação judicial anterior já compromete de forma relevante o sustento dos executados. Todavia, a fim de garantir a satisfação do crédito do exequente, determino que seja oficiado ao INSS para efetuar o bloqueio do percentual de 30% dos benefícios dos executados após a finalização do bloqueio registrado no Histórico de Consignações informado em maio de 2020.

Pelo exposto, **conheço** do Agravo de Petição do exequente, e, no mérito, **dou-lhe parcial provimento** para determinar que seja oficiado ao INSS para efetuar o bloqueio do percentual de 30% dos benefícios dos executados após a finalização dos bloqueios registrados no Histórico de Consignações informado em maio de 2020, nos termos da fundamentação acima.

Relatados e discutidos,

ACORDAM os Desembargadores Federais que compõem a 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, **por unanimidade, conhecer** do Agravo de Petição do exequente, e, no mérito, **dar-lhe parcial provimento** para determinar que seja oficiado ao INSS para efetuar o bloqueio do percentual de 30% dos benefícios dos executados após a finalização dos bloqueios registrados no Histórico de Consignações informado em maio de 2020, nos termos da fundamentação acima.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021

LEONARDO DIAS BORGES

Relator

Assinado eletronicamente por: LEONARDO DIAS BORGES - 25/06/2021 10:17:08 - 9d3f82c

<https://pje.trt1.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21042009443263200000055174952>

Número do processo: 0010073-30.2015.5.01.0203

Número do documento: 21042009443263200000055174952

